

Uma análise dos índices de crescimento das unidades escolares revela que, coerente com a linha de ação do governo, foi o ensino normal o que mais cresceu neste período. De duas escolas oficiais, situadas em Belo Horizonte e Ouro Fino, com 222 alunos matriculados, passamos, em 1930, para 21 escolas, localizadas em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ouro Fino, Uberaba, Dorcas do Indaiá, Santa Rita do Sapucaí, Paracatu, Manhuassu, Diamantina, Montes Claros, Itabira, Campanha, Curvelo, Ouro Preto, Pitangui, Itaúna, Rio Preto, Peçanha, Bom Sucesso e Formiga, atingindo assim os quatro pontos do Estado (conforme indica o Mapa), com uma matrícula de 3.892 alunos. Destas unidades, 6 eram de ensino de 2º Grau (Belo Horizonte, Ouro Fino, Uberaba, Dorcas do Indaiá, Santa Rita do Sapucaí e Campanha), isto é, possuíam o Curso Normal de sete anos, incluindo os cursos de Adaptação, o Preparatório e o de Aplicação, e seu diploma conferia o título de habilitação para todos os cargos do magistério primário, requisito para a nomeação de professores de Metodologia e Prática Profissional nas Escolas Normais, verdadeiros centros geradores de recursos humanos para o ensino em geral. As demais escolas eram de 1º Grau, com a duração de 5 anos, e seu diploma era requisito para o magistério de 1º Grau.

Em relação às condições de ensino primário, o índice de crescimento deve ser considerado em função da natureza das escolas criadas. Para efeitos de análise, deste ponto de vista utilizaremos os dados da Tabela 7, coletados a partir dos decretos de criação de escolas, publicados na coleção Leis e Decretos Minas Gerais, e seu termo de instalação, publicado no Minas Gerais. Com base nestas fontes, foi possível identificar a criação de 3.388 escolas primárias, no período de 1926 a 1930. A diferença entre estes dados e os apresentados pela Mensagem Pre-

1º Grau - 5 anos - Prefeitura de 1º Grau
 Adaptação - 2
 Normalista - 3
 Todos os dados de 1926

sidencial de 1930 (onde constam mais 454 unidades de ensino primário) é explicável pelo fato de que os dados da Tabela 7 se referem a escolas criadas e instaladas, ao passo que os dados da mensagem referem-se às escolas apenas criadas. No texto da própria mensagem é possível inferir este fato: "É CERTO QUE AO LADO DE ESTABELECIAMENTOS QUE FICARÃO DEFINITIVAMENTE LANÇADOS, E QUE, COM LIGEIRAS MODIFICAÇÕES, PODERÃO CONSIDERAR-SE COMPLETOS, É CERTO QUE, AO LADO DESSSES, OUTROS EXISTEM MAL PROVIDOS E MAL ORGANIZADOS, DE TODO PONTO CONTRÁRIOS QUER AOS NOSSOS IDEAIS, QUER AOS NOSSOS REGULAMENTOS. DAS ESCOLAS RURAIS, ENTÃO, HÁ CENTENAS CUJO PROVIMENTO ESTÁ EXIGINDO IMEDIATOS CUIDADOS, DEPOIS DE SINDICANCIA RIGOROSA E SERENA". (113) Esta diferença pode ainda ser explicada pela situação da estatística no País, naquela época. Em Minas, os primeiros passos para a realização de levantamentos sistemáticos nesta área foram introduzidos pelo Regulamento do Ensino Primário, através da instituição do "Censo Escolar". Somente a partir de 1931, quando foi firmado entre o Governo Federal e os Estados um convênio para a formação das estatísticas educacionais no País, a fim de que fosse dada a conhecer a situação real da educação, é que se iniciou um trabalho mais técnico e uniforme nesta área.

Pelos dados da Tabela II, 74% das unidades escolares criadas no período constituem escolas isoladas, dispondo de apenas uma classe, com 30 a 50 alunos. Nessas escolas o Curso Primário tem a duração de 3 anos. Dessa forma, embora seu número seja muito expressivo, sua contribuição à matrícula é relativamente pequena. Não resta dúvida que a maioria destas escolas se situava nas zonas rurais onde a população é rarefeita e as condições de acesso muito precárias. As classes anexas surgem em função da prática de ensino nas escolas normais e, por

FALTAM AS PÁGINAS 187/188